



Presidido por Renan, Congresso aprova mudança na LDO de 2007

Com superávit menor, mais dinheiro para investimento

Uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 reduz a meta de superávit primário e viabiliza aporte extra de R\$

6,68 bilhões a obras de infra-estrutura. O projeto aprovado pelo Congresso também reduz a contrapartida dos municípios. **Página 3**

Mais recursos para a segurança pública

União, estados e municípios podem ser obrigados a aplicar na área percentuais do que arrecadam de impostos, conforme proposta aprovada pela CCJ

A segurança pública pode ter mais recursos. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda constitucional que destina à área percentuais mínimos dos impostos arrecadados por União (10%), estados (7%), Distrito Federal (5%) e municípios (1%). A vinculação desses recursos deve durar cinco anos, de acordo com a proposição, que tem como primeiro signatário o presidente do Senado, Renan Calheiros. Para o relator, Demos-

tenes Torres, a medida é “absolutamente oportuna”.

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães, anunciou a intenção de entregar ao presidente Lula o conjunto dos projetos de combate à violência – até agora, foram acolhidos 25 – e incumbiu o senador Aloizio Mercadante de marcar audiência.

Na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, a votação do projeto que torna obrigatória a instalação de celulares em presídios foi adiada para 26 de junho. **Páginas 4 e 5**



Na presidência da Comissão de Justiça, Antonio Carlos anuncia intenção de entregar ao presidente Lula o pacote antiviolação

Plenário acolhe MP que encerra liquidação da RFFSA

O Senado aprovou e encaminhou à sanção projeto de lei de conversão que encerra a liquidação da Rede Ferronviária Federal S.A. (RFFSA), com a conseqüente extinção da empresa. De acordo com a medida provisória (MP) que resultou no projeto, os imóveis podem ser transferidos a programas de habitação popular. **Página 4**

Comissão aprova uso do FGTS para comprar lote

Fundo pode ser utilizado também para quitar prestações atrasadas de financiamento habitacional e amorti-

zar financiamento estudantil, segundo projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). **Página 8**



Além de aprovar projetos, a CAS, presidida por Patrícia Saboya (ao centro, ao lado de Rosalba Ciarlini), ouve ministro do Trabalho

Presidida por Viana, CPI terá Demostenes como relator

A CPI do Apagão Aéreo deve confirmar hoje, em reunião convocada para as 10h, acordo de lideranças que prevê Tião Viana como presidente e Demostenes Torres como relator do colegiado. **Página 7**



Senadores lembram trajetória do escritor e poeta cearense que foi perseguido durante o Estado Novo e indicado pela Universidade de Nova York ao Prêmio Nobel de Literatura

Sessão plenária homenageia Gerardo de Mello Mourão

O Senado reverenciou ontem a memória do escritor Gerardo de Mello Mourão, falecido em 9 de março. A homenagem foi acompanhada pelo filho do escritor, o embaixador Gonçalo Mourão, diretor do Departamento da América Central e Caribe do Itamaraty. Também compareceram representantes do corpo diplomático de Portugal, México, Chile, Zâmbia e Japão.

Fizeram parte da Mesa os ex-senadores Abdias Nascimento e Mauro Benevides e o ex-deputado Paes de Andrade.

O requerimento da homenagem é de autoria de Inácio Arruda (PCdoB-CE), que, em discurso, afirmou que “nosso povo precisa conhecer aqueles homens e mulheres que levaram aos quatro cantos do mundo a existência do nosso país”.

Também discursaram os senadores José Nery (PSOL-PA), Paulo Paim (PT-RS) e Cristovam



Inácio Arruda (E), Barbara Moura, Gonçalo Mourão, Tião Viana e Paes de Andrade

Buarque (PDT-DF). Nery destacou o fato de Mello Mourão ter sido escolhido como o Poeta do Século 20, pela Guida Órfica, uma irmandade internacional de poetas, e indicado ao Prêmio Nobel de Literatura, em 1979, pela Universidade do Estado de Nova York (EUA).

Paim elogiou as lutas de Mello Mourão em prol dos direitos humanos e contra a discriminação racial. Recordou que o escritor foi um dos fundadores do movimento

poético Santa Hermandad de la Orquídea, em 1939, em Buenos Aires, e que, no Estado Novo, foi preso 18 vezes.

Cristovam afirmou que o poeta deixou “filhos intelectuais”, entre os quais ele próprio se inclui.

Nascido em Ipeúras (CE), em 1917, Mello Mourão é autor de livros como País dos mourões e A invenção do mar. Foi correspondente internacional, trabalhando na China, entre 1980 e 1982, e deputado federal.

Livro que conta a “saga” do poeta é lançado no Senado

Após a homenagem em Plenário, foi lançado na Biblioteca Luís Viana Filho do Senado o livro A saga de Gerardo: um Mello Mourão, do escritor cearense José Luís Lira. A obra constitui um relato biográfico do poeta, escritor, jornalista e político brasileiro Gerardo de Mello Mourão.

José Lira tem marcado sua carreira por biografias de outros escritores, como Rachel de

Queiroz, falecida em 2003. No livro lançado ontem, o autor cita frases de vários literatos contemporâneos do mundo inteiro, entre eles o escritor norte-americano Ezra Pound, que assinalou nunca ter conseguido escrever a epopéia da América, embora tenha tentado.

“Quem conseguiu foi esse poeta de O país dos Mourões” – teria dito Ezra Pound, referindo-se a

uma obra de Mello Mourão sobre a epopéia da sua família no nordeste brasileiro.

Compareceram ao evento os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Patrícia Saboya (PSB-CE), Marco Maciel (DEM-PE), ex-senadores e deputados federais, o embaixador Gonçalo Mourão, filho do escritor biografado, além de amigos e parentes de Gerardo de Mello Mourão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta permanece trancada

O Plenário tem sessão às 14h e permanece com a pauta trancada por três medidas provisórias e cinco projetos de lei de conversão. Entre eles, o PLV 06/07, que altera os critérios para incorporação de Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Operacional em Tecnologia Militar.

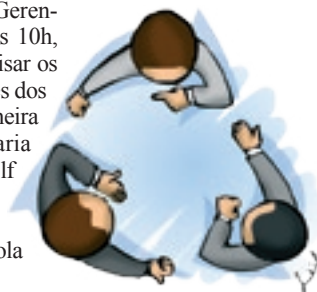
Audiência pública discute racismo e preconceito

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza audiência pública, às 9h, para debater a questão racial no país. A segunda parte da reunião é destinada a discutir a regularização fundiária de

territórios quilombolas do Brasil. Foram convidadas para a reunião 66 pessoas, incluindo membros do Poder Executivo, procuradores estaduais e dirigentes de entidades ligadas à cultura negra.

Subcomissão debate problema dos lixões

A Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos realiza, às 10h, audiência pública com o objetivo de analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos lixões. Participam da reunião Nadja Limeira Araújo, gerente de Projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; Rudolf de Noronha, diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente; e Edson Martins de Aguiar, professor da Escola de Engenharia de São Carlos da USP.



Acordo entre Mercosul e União Européia

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) reúne-se, às 10h, para votar pauta de 11 itens. Entre eles, o requerimento que solicita audiência para debater o processo de consolidação do acordo comercial entre

o Mercosul e a União Européia. O colegiado também dará continuidade à discussão sobre as decisões do governo boliviano de nacionalizar as reservas de gás e de petróleo natural do país.

Crítérios de liberação de recursos para municípios

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se, às 11h, para debater os planos diretores urbanos dos municípios. O encontro terá como convidado

o ministro das Cidades, Márcio Fortes, que deverá esclarecer aos senadores os critérios de liberação de recursos para os Executivos municipais.

Instalação da CPI do Apagão Aéreo

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo reúne-se pela primeira vez, às 10h, para se instalar oficialmente. Na ocasião, será eleito o presidente e escolhido o relator.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Efraim Morais, Inácio Arruda, Valter Pereira e Romeu Tuma e a senadora Serys Slhessarenko

Congresso Nacional acata alteração na LDO de 2007 que autoriza a redução do superávit primário para ampliar investimentos em infra-estrutura elencados no PPI

Aprovado projeto do PAC que reduz superávit

O Congresso aprovou ontem substitutivo a projeto do governo que altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 para autorizar a redução do superávit primário. O objetivo da proposta, enquadrada no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é reforçar os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI).

As obras de infra-estrutura elencadas no PPI devem ganhar aporte extra de recursos de R\$ 6,68 bilhões, o que pode elevar o total dos dispêndios a R\$ 11,28 bilhões ainda este ano. Agora, o projeto (PLN 1/07) seguirá para sanção presidencial.

Depois da aprovação do texto principal, por acordo, a oposição exigiu votação nominal da

Emenda 18, que se destinava a vincular 25% do aumento dos gastos autorizados para projetos de infra-estrutura e modernização na área de segurança pública. Esses recursos seriam aplicados por meio de repasses federais aos estados. O Plenário confirmou a orientação dos partidos governistas, rejeitando o dispositivo.

Se o governo executar o novo limite de gastos do PPI, a meta de superávit primário cairá para 3,75% do produto interno bruto (PIB) – calculado pela metodologia anterior do IBGE. A meta, que corresponde à economia do governo para pagar juros da dívida, estava fixada antes em 4,25% do PIB. Os dispêndios com o PPI, que envolve projetos de alto re-

torno econômico (como obras de estradas, portos e ferrovia) ficam livres de contingenciamento durante a execução do Orçamento.

Publicidade

Ao todo, o projeto recebeu 79 emendas, mas apenas três foram aproveitadas pelo relator, Francisco Dornelles (PP-RJ). A terceira só entrou no corpo do substitutivo mediante adendo apresentado por Dornelles, já em Plenário, durante o exame dos destaques. De autoria do deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR), a emenda visou restabelecer no texto da LDO limite para que as despesas de publicidade, este ano, fiquem em 90% do total empenhado em 2006. O governo havia suprimido do texto a menção a essa área de

despesa.

Durante o debate sobre a Emenda 18, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou compromisso firmado entre líderes da Casa com o objetivo de fixar agenda para a segurança pública.

O líder do DEM, José Agripino (RN), lembrou que propostas aprovadas na Comissão de Justiça do Senado para dar combate mais efetivo à criminalidade – e que ainda precisam passar pela Câmara – necessitam de recursos para a implementação. O deputado Walter Pinheiro (PT-BA), líder do governo na Câmara, garantiu que o debate sobre o financiamento terá prosseguimento e adiantou que será convocado um fórum com essa finalidade.



Ideli: obras de infra-estrutura auxiliarão no combate à miséria e à violência

Ideli comemora resultado de votação no Congresso

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), comemorou ontem, em Plenário, a aprovação do projeto de lei que prevê a redução do superávit primário com o objetivo de atender à programação do Projeto Piloto de Investimentos, aumentando seus recursos de cerca de R\$ 4,6 bilhões para R\$ 11,28 bilhões. A senadora explicou que o projeto trata de obras de infra-estrutura incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento.

– São obras que não sofrerão contingenciamento, portanto, terão prioridade, monitoramento, e que têm a ver com a infra-estrutura logística, que são as nossas rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, energia elétrica, gás, todos os investimentos vinculados à Petrobras; e também à infra-estrutura social e urbana, que são as obras relacionadas à habitação e ao saneamento. Sabemos que é impossível reverter a situação de miserabilidade e de violência nas nossas cidades se não dermos a oportunidade para que as pessoas tenham como morar com melhor condição, com mais dignidade, tendo acesso à água, à habitação e a formas de saneamento básico de melhor qualidade – afirmou.

Ideli aproveitou para elogiar o empenho do relator do projeto, Francisco Dornelles, e da líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), para que a votação ocorresse.

Substitutivo permite redução de contrapartidas

A proposta de redução do superávit primário deste ano para ampliar os investimentos em infra-estrutura, aprovada ontem, também vai possibilitar a redução do valor da contrapartida dos estados e municípios nos projetos de habitação e saneamento previstos no Programa de Aceleração do Crescimento. A participação dos entes federados no valor das obras poderá cair dos atuais 20% para até 0,1%.

A flexibilização foi proposta pelo relator, senador Francisco Dornelles, como emenda ao PLN 1/07. Com aval do governo, a alteração foi uma das cinco emendas assinadas pelo próprio relator ao texto do projeto. Assim, o Executivo quer evitar que projetos do PAC em habitação e saneamento deixem de ser realizados por falta de capacidade financeira da unidade beneficiada.

A aprovação do PLN 1/07 assegurou, ainda, a exclusão de alguns setores da administração da regra da Lei de Diretrizes Orçamentá-



Sessão conjunta das duas Casas acolhe emendas que permitem diminuir a participação de estados e municípios em projetos do PAC

rias de 2007, que limita a 90% dos valores empenhados em 2006 os gastos com passagens, diárias e locomoção. Ficam de fora os gastos desse tipo feitos pelos ministros de Estado, por membros de Poder e do Ministério Público. Também foram excluídos dessa restrição gastos relacionados à

execução dos censos do IBGE, como o Censo Agropecuário e a Contagem da População, já em andamento.

O relator incluiu ainda emenda que permite isentar da regra outros programas de governo que considera essenciais para a população, como as ações

nas áreas de segurança, defesa sanitária, vigilância sanitária e epidemiológica.

Já as despesas com publicidade permanecem sujeitas ao limite estabelecido na LDO 2007, pois a modificação pretendida pelo governo para mudar a regra foi rejeitada na votação de ontem.

Trabalhadores de bingos fazem manifestação

Cerca de 10 mil trabalhadores de casas de bingo fizeram ontem uma manifestação em frente ao Congresso para pedir a regulamentação da atividade. De acordo com o deputado federal e presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva

(PDT-SP), a legalização dos bingos gerará 120 mil empregos diretos – condição que dará aos trabalhadores acesso a todos os direitos previstos em lei – e 200 mil empregos indiretos.

Antes da manifestação, o deputado reuniu-se com o presidente

da Câmara, Arlindo Chinaglia, para pedir agilidade na tramitação do projeto de autoria da CPI dos Bingos do Senado que autoriza os estados e o Distrito Federal a explorarem loterias, diretamente ou por meio de concessão, com prévia aprovação

da Caixa Econômica Federal (PL 472/07).

– Esta é uma solução, pois se não legalizar continua a corrupção. Se legalizar, o governo arrecada e os trabalhadores terão direitos garantidos – declarou Paulinho.

Aprovada medida que encerra a liquidação da RFFSA

Oposicionistas criticam criação de 157 cargos para inventariar imóveis da estatal. Líder do governo explica que novos postos decorrem da extinção de outros 160

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória que dispõe sobre o encerramento do processo de liquidação da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), com a consequente extinção da empresa. A proposta, que segue para a sanção presidencial, autoriza a União a vender o patrimônio de imóveis não operacionais da empresa em programas de habitação para atender populações de baixa renda.

De acordo com a exposição de motivos do Executivo que acompanha a medida provisória, “o encerramento do processo de liquidação insere-se no projeto de revitalização do setor, com a consequente melhoria dos índices de desenvolvimento econômico”.

Durante a discussão da matéria, senadores da oposição criticaram alguns de seus dispositivos, principalmente o artigo 23, que cria 157 cargos em comissão para a realização dos trabalhos de inventariação dos imóveis da RFFSA, entre outras finalidades.

O líder do DEM, José Agripino (RN), considerou um exemplo da má qualidade dos gastos do governo federal a criação dos novos cargos.

– Não poderiam eles próprios [funcionários da RFFSA] administrar o final das atividades e a administração do acervo? Eles não têm anos e anos de casa? Não poderiam ser eles os responsáveis? Não seria um gesto elogiável do governo encerrar e promover uma economia real,

sem criar cargos num PAC que, se é Programa de Aceleração de Crescimento, mais parece um “Plano de Apoio a Companheiros Novos”, e contratar 157 companheiros novos? - argumentou. Aripino.

Respondendo aos oposicionistas, o relator da matéria, Marcelo Crivella (PRB-RJ), explicou que os novos cargos serão preenchidos por funcionários da própria RFFSA. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou que as 157 novas funções estavam acompanhadas da extinção de 160 cargos. Jucá garantiu o veto presidencial ao artigo 31 da MP que veda a privatização, por dez anos, da Valec, um outro dispositivo atacado pela oposição. Já Flávio Arns (PT-PR) alertou para a necessidade de indenização por parte das arrendatárias atuais à RFFSA. José Nery (PSOL-PA) se posicionou contra a medida.

Fundeb

Por acordo firmado em Plenário, foi adiada para a próxima terça-feira a votação do Projeto de Lei de Conversão 7/07, proveniente da MP 339/06, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os líderes partidários argumentaram que a relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), alterou alguns itens da matéria e que os senadores não foram informados com 24 horas de antecedência da votação, conforme havia sido acordado entre lideranças.



Marconi (E), ao lado de Delcídio, preside reunião da CI em que ficou agendado debate com Ministério da Justiça para instruir votação



Comissão decide em junho sobre bloqueador de celular

O projeto de lei que obriga as operadoras de Serviço Telefônico Móvel Pessoal a instalar bloqueadores de sinais de radiocomunicações nas penitenciárias estaduais e federais deverá ser votado em caráter terminativo pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) no dia 26 de junho. A votação ocorrerá após a realização de audiência pública, programada para 20 de junho, com uma comissão do Ministério da Justiça que estuda o assunto.

A decisão foi tomada ontem em reunião da CI, após a aprovação de requerimento do senador Demostenes Torres (DEM-GO), solicitando a retirada de pauta da proposta (PLS 137/06), tendo em vista que o teor da matéria vem sendo debatido pelo Ministério da Justiça.

Em sua argumentação, Demostenes destacou que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) concluirá até junho um sistema de análise de sete espécies diferentes de bloqueadores celulares. O senador também ressaltou que o Ministério da

Justiça está catalogando todos os presídios existentes no Brasil, incluindo as casas de detenção provisória, com o intuito de verificar em qual desses estabelecimentos haverá a necessidade de instalação do dispositivo que impede a ligação a partir de celulares.

– Já adiamos muito, tenho voto divergente e pressa em votar a matéria. Mas é melhor aguardarmos esses levantamentos e votarmos o projeto de forma mais estudada e menos contenciosa – disse Demostenes.

O requerimento foi subscrito também pelo relator do projeto na CI, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). As datas da audiência e da votação do texto foram sugeridas pelo presidente da comissão, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), para quem o Legislativo não deve ficar à mercê do governo federal, tendo em vista que a votação da matéria já foi adiada várias vezes.

Tramitação

A proposta, do então senador Rodolpho Tourinho, foi aprovada sem modificações pela Comissão

de Justiça (CCJ) em 2006. A matéria prevê que as operadoras deverão instalar os bloqueadores nas penitenciárias federais e estaduais no prazo máximo de 180 dias a contar da publicação da lei, de modo a impedir a comunicação por telefones móveis no interior dos estabelecimentos penais.

O projeto também obriga as operadoras a arcar com os serviços de manutenção e atualização tecnológica dos bloqueadores, sob pena do pagamento de multa, que varia de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil por estabelecimento penal, no caso de não atendimento às determinações contidas na proposta.

Em reunião da CI na semana passada, Flexa Ribeiro apresentou substitutivo ao projeto destinando recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) para a instalação dos bloqueadores. No entanto, Demostenes apresentou voto em separado pela rejeição do substitutivo, sob a alegação de que a proposta transfere ao Estado uma obrigação a ser cumprida pelas operadoras.

Livro traça perfil dos atuais deputados e senadores

O livro O que esperar do novo Congresso – Perfil e agenda da legislatura 2007/2011, de autoria dos jornalistas Sylvio Costa e Antônio Augusto de Queiroz, lançado ontem, na Câmara dos Deputados, faz uma análise dos quatro primeiros meses da atual legislatura, num enfoque comparativo da atuação dos parlamentares com os da legislatura passada, e destaca os congressistas de primeiro mandato.

Antônio Queiroz é diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que há vários anos acompanha e avalia a atuação de senadores e deputados. Sylvio Costa dirige o site Congresso em Foco, que realiza trabalho similar sobre o dia-a-dia dos congressistas.



Os autores Sylvio Costa (E) e Antônio Queiroz em evento de lançamento da obra

A obra traz um perfil de cada parlamentar, analisando questões como gênero, etnia e profissão, entre outros itens que ajudam o leitor a conhecer melhor os políticos que ocupam uma cadeira na Casa. Ficou constatada a pouca representatividade feminina e da

população negra e a não representação dos índios no Congresso.

O livro apresenta ainda levantamento do patrimônio pessoal de deputados e senadores, um balanço da legislatura passada (2003/2007) e informações sobre o Parlamento no mundo.



Pontos da medida provisória considerados polêmicos geraram debate em Plenário



Roosevelt/Princípio

Valter Pereira diz que limite de 18 anos é inadequado à realidade

Valter Pereira defende redução da maioria

Ao fazer balanço dos vários projetos sobre segurança pública acolhidos pela Comissão de Constituição e Justiça, Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu ontem, em Plenário, a aprovação do projeto de lei que reduz a maioria penal.

Na avaliação do senador, o limite de 18 anos, instituído na década de 40, encontra-se inadequado à realidade do país, uma vez que hoje os jovens têm acesso muito maior a informação que no passado.

– Como é que vamos ficar presos a essa questão da maioria instituída nos anos 40, quando os meios de comunicação não tinham o alcance que hoje têm, quando os crimes eram menos bárbaros do que hoje? Como vamos manter esses padrões, como vamos resgatar a segurança pública, se temos consciência muito clara de que os menores estão com níveis extraordinários de informação, conversando pela internet e frequentando casas noturnas? – indagou o senador.

Entre os projetos de lei sobre segurança pública aprovados na CCJ, Valter Pereira destacou as propostas que prevêm a vinculação à segurança pública de percentuais mínimos dos recursos orçamentários da União, dos estados e dos municípios; o monitoramento eletrônico de presos; o uso de videoconferência para evitar o transporte de detentos aos tribunais; e a obrigatoriedade do ensino fundamental em tempo integral.

Proposta estabelece destinação mínima de 10% pela União, 7% pelos estados, 5% pelo DF e 1% pelos municípios a ações de segurança

CCJ aprova vinculação de percentual mínimo de impostos para segurança

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC) que vincula a aplicação, por cinco anos, de recursos oriundos de impostos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios nos serviços de segurança pública a cargo das polícias Federal, Rodoviária Federal, Ferroviária Federal, Civil e Militar e ainda do Corpo de Bombeiros Militar.

Conforme a proposição (PEC 60/05), que tem como primeiro signatário o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), pelo menos 10% dos impostos arrecadados pela União, 7% pelos estados, 5% pelo Distrito Federal e 1% pelos municípios serão destinados a ações de segurança pública. Para o relator da matéria, Demostenes Torres (DEM-GO), a destinação de percentuais mínimos desses impostos, durante cinco anos, à área de segurança pública, é “absolu-

Comissão entregará a Lula o pacote de combate à violência

O presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães, incumbiu Aloizio Mercadante (PT-SP), da base do governo, de marcar audiência com o presidente Lula para entrega das proposições aprovadas pelo colegiado com o objetivo de combater a escalada da violência no país.

O chamado pacote antiviolência começou a ser analisado na CCJ no início deste ano, após a morte do menino João Hélio, durante assalto no Rio de Janeiro. A comissão já acolheu 25 projetos de combate à violência e, de acordo com o senador, a votação estará totalmente concluída em mais um ou dois encontros.

Antônio Carlos havia dito, em reuniões anteriores, que, em seguida à conclusão da votação do pacote, iria entregá-lo pessoalmente aos presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal, do Senado e da Câmara. A idéia de já marcar a audiência com Lula partiu de Mercadante.



Demostenes, entre Malta (E) e Jereissati, ofereceu parecer favorável à proposta de Renan (foto menor)

tamente oportuna”.

– Essa transitoriedade conferirá tempo à sociedade para avaliar a adequação da medida ao desafio social da segurança e a imperatividade de renovação dessa imposição constitucional – frisou Demostenes.

Votaram a favor da proposta, além do relator, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valter Pereira (PMDB-MS), Romeu Tuma (DEM-SP), Romero Jucá (PMDB-RR) e Marconi Perillo

tipo de vinculação, por mais bem intencionada que seja, “é extremamente prejudicial à eficiência de um governo ou de uma boa administração”.

O texto precisa da aprovação do Plenário, em dois turnos, para seguir ao exame da Câmara.

Projeto torna mais rápida a indenização por erro médico

Os atos e diligências judiciais das ações referentes a reparação de danos decorrentes de morte ou lesão corporal nos casos de ação ou omissão atribuída a profissional ou instituição de saúde poderão ter prioridade de tramitação na Justiça conforme estabelece projeto do senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA) aprovada ontem pela Comissão de Justiça, em decisão terminativa. A proposta atribui o mesmo tratamento aos processos de reparação resultante de infrações penais; ação ou omissão da União, estados e municípios; e acidentes no âmbito das relações de consumo.

– Não é justo que as vítimas ou seus parentes aguardem a última tramitação processuais em ritmo ordi-

(PSDB-GO), por se tratar, como explicaram, de vinculação emergencial e temporária para combater a violência.

Jefferson Péres (PDT-AM) se absteve e Tasso Jereissati (PSDB-CE) votou contra. Ambos criticaram a excessiva aprovação de proposições que vinculam recursos. “Não vou votar contra, pois parecerá que estou contra a segurança pública. Mas não concordo com nenhuma vinculação orçamentária, seja para o que for”, disse Jefferson. Por sua vez, Jereissati afirmou que qualquer

tipo de vinculação, por mais bem intencionada que seja, “é extremamente prejudicial à eficiência de um governo ou de uma boa administração”.

O texto precisa da aprovação do Plenário, em dois turnos, para seguir ao exame da Câmara.

Audiência vai debater unificação do sistema policial

A proposta de emenda à Constituição que trata da reestruturação dos órgãos de Segurança Pública será discutida em audiência pública na Comissão de Justiça. Requerimento nesse sentido, de iniciativa do autor da proposição, Tasso Jereissati, foi aprovado ontem pelo colegiado.

A proposição unifica as polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal, e permite aos estados adotarem a mesma providência em suas polícias, hoje divididas entre civil e militar.

No requerimento, Jereissati sugere ouvir representantes da Associação Nacional dos Oficiais dos Policiais Militares e Corpo de Bombeiros Militares; da Associação Nacional dos Cabos e Praças das Polícias Militares; e das associações nacionais de Delegados e Agentes de Polícia Civil, entre outras entidades.

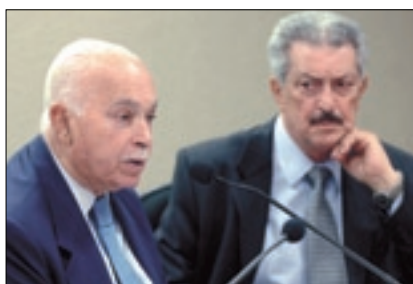
Comissão pedirá informações sobre Grupo Ipiranga

A CCJ aprovou ontem três requerimentos que solicitam informações ao ministro da Fazenda, Guido Mantega. Dois deles pedem explicações sobre as negociações de venda do Grupo Ipiranga às empresas Braskem, Petrobras e Ultra, por US\$ 4 bilhões. Já o terceiro documento quer informações sobre o Banco Popular, que funciona no âmbito do Banco do Brasil e tem o objetivo de fornecer crédito subsidiado a pequenos empreendedores.

Na justificativa dos dois requerimentos relativos ao Grupo Ipiranga, os senadores Valter Pereira e Arthur Virgílio (PSDB-AM) disseram que matérias veiculadas pela imprensa informam que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) investiga indícios de que houve vazamento de informações privilegiadas sobre a venda da empresa.



Cézar Magalhães



Iniciativa de ACM (E), ao lado de Tuma, é acolhida em decisão terminativa

Cézar Magalhães



Sob a presidência de Wellington, senadores criticam burocracia no processo para emissoras

CCT aprova concessões de emissoras e adia norma para publicidade oficial

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado aprovou ontem 12 pareceres favoráveis a projetos de decreto legislativo que outorgam ou renovam concessões de funcionamento de emissoras de rádio e televisão, entre eles o referente à rádio da Assembléia Legislativa do Ceará (PDS 68/07). Os decretos serão examinados agora pelo Plenário.

Os senadores criticaram a burocracia e a demora que geralmente envolvem a aprovação desse tipo de decreto legislativo. Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou o longo trajeto que o processo percorre. Augusto Botelho (PT-RR), por sua vez, sugeriu a necessidade de mudanças na sistemática de aprovação dessas concessões, a fim de agilizar e democratizar a implantação de novas rádios e canais de TV.

O colegiado aprovou parecer do senador Romeu Tuma (DEM-SP) encaminhando ao arquivo ofício que informa ao Congresso Nacional alterações societárias realizadas na empresa jornalística Diário do Grande ABC. As alterações societárias em empresas jornalísticas de difusão de som e imagens precisam ser comunicadas ao Congresso. Os sócios têm de ser brasileiros natos, exigência que a nova configuração societária do Diário do Grande ABC atende.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu vista de projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que regulamenta a publicidade realizada pelo governo e por partidos

políticos. A matéria, que recebeu parecer favorável, com emendas, do senador Valter Pereira (PMDB-MS), regulamenta artigo da Constituição federal que trata da publicidade do governo, obrigando que esta seja de caráter educativo e que não promova pessoalmente autoridades ou servidores públicos.

O projeto conceitua o que é propaganda e define o que é promoção pessoal (veiculação de publicidade ou publicação de matéria paga para promover a autoridade ou responder ou contestar palavras ou opiniões de terceiros), além de obrigar que, na publicidade oficial, constem informações sobre contratante, contratado e valor do contrato.

Inclusão digital

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) sugeriu aos membros da comissão a apresentação de requerimento de audiência pública para discutir a inclusão digital nas escolas. Projeto do parlamentar de São Paulo, que torna obrigatória a universalização do acesso a redes digitais de informação, como a internet, em estabelecimentos de ensino (PLS 103/07) foi aprovado na terça-feira, em decisão terminativa, na Comissão de Educação (CE).

Ao encerrar a reunião, o presidente da CCT, Wellington Salgado (PMDB-MG), anunciou que, na próxima quarta-feira, a comissão fará audiência pública com o presidente da Telefônica, Antônio Carlos Valente da Silva, para debater a atuação da empresa no Brasil.

Avaliação de desempenho do aluno no ensino médio por prova única ou por três exames anuais? Para discutir propostas, senadores reúnem especialistas, que apresentam sugestões

Fim do vestibular? Comissão de Educação examina alternativas

Ampliação da oferta do número de vagas nas universidades públicas; estabelecimento de parâmetros para um Sistema Nacional de Educação, com responsabilidade compartilhada entre União, estados, municípios e Distrito Federal; garantia da autonomia das escolas de nível superior; e busca de novas fórmulas de acesso à universidade em substituição ao vestibular foram defendidos por técnicos e professores durante audiência pública, ontem, na Comissão de Educação (CE).

A audiência foi proposta para instruir dois projetos de lei em tramitação na comissão, dos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Sibá Machado (PT-AC), que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96). O primeiro (PLS 116/06) substituiu o vestibular único por três provas, que seriam aplicadas ao longo do segundo grau. O segundo (PLS 65/05) substituiu-o por uma avaliação de desempenho do segundo grau, via



Comissão de Educação ouve técnicos, professores e representante estudantil

aplicação de uma única prova, feita em nível nacional. Caso o número de aprovados seja maior que o número de vagas oferecidas, realiza-se um sorteio anual.

Mudanças

O presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta, condenou o vestibular, qualificando-o de elitista e de mero teste de memorização. Para ele, um professor qualificado dificilmente seria aprovado atualmente no vestibular.

A diretora do Departamento de Modernização e Programas da

Educação Superior (SESu-MEC), professora Iguatemy Martins, entende que qualquer alteração do processo de ingresso à universidade necessita ser amadurecida. Para a representante do Conselho Nacional de Educação (CNE), Regina Vinhaes Gracindo, uma eventual proposta de mudança no vestibular deve vir acompanhada por uma alteração no currículo do ensino médio brasileiro, de modo a torná-lo mais qualificado. Ela também defendeu a abertura de maior número de vagas para a educação superior.

Criação da Universidade Federal do Sul de MT está próxima, diz Serys

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) afirmou ontem que “já está apontando no horizonte” a criação da Universidade Federal do Sul de Mato Grosso, com sede na cidade de Rondonópolis. Ela informou que a cidade já abriga um campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mas os municípios do sul do estado querem sua transformação em unidade autônoma.

Como ex-professora da UFMT por 26 anos, Serys sustentou que é por meio da educação que o

Brasil consolidará uma verdadeira democracia, com justiça social. Ela ponderou que as crianças e os jovens mais pobres do país não podem esperar “mais uma geração” para que venham a dispor de uma escola que lhes permita melhorar de vida, com emprego digno.

A oportunidade para isso, conforme a senadora, começa a ser oferecida agora com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado recentemente pelo presidente Lula. Para Serys, o PDE parte do princípio de que o



Rondonópolis, que já abriga campus da UFMT, será a cidade sede, afirma Serys

ensino fundamental no Brasil vai mal e, por isso, propõe medidas que vão do piso salarial de R\$ 850 ao treinamento para professores, passando inclusive a avaliar os alunos a partir dos seis anos de idade (Provinha Brasil).



Taxa para financiamentos não seguiu redução da Selic, explica Osmar Dias

Osmar Dias defende redução da taxa de juros para empréstimos rurais

Osmar Dias (PDT-PR) defendeu ontem a redução da taxa de juros para o crédito rural e das taxas de financiamento dos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinados à compra de implementos agrícolas (máquinas) para produtores. Segundo sustentou, a queda gradual

da taxa básica de juros Selic nos últimos meses não tem sido acompanhada pelos financiamentos rurais, tornando o crédito para o setor mais caro, relativamente, para quem contraiu empréstimos dessa modalidade.

– Quando foi estabelecida a taxa de juros para o crédito rural as taxas de juros para os finan-

ciamentos concedidos nas linhas de crédito do BNDES, Moderfrota e Finame, que variam de 10,75% a 12,75% ao ano, acompanhavam uma taxa Selic de 21%, que agora é de 12,75%, demonstrando não se justificar o que pagam atualmente de juros os produtores devedores – disse Osmar, pedindo ao governo a revisão da taxa e sugerindo

um percentual de 4,5% ao ano para o setor agropecuário.

Para o senador, o governo já deveria ter acelerado essa queda, “porque a inflação também caiu e não houve aceleração do crescimento”. No seu entendimento, o índice de crescimento anda até muito baixo, inclusive em relação à própria América Latina.



Casagrande (E) fala em reunião da Comissão sobre Mudanças Climáticas

Fundo destinado à Amazônia Ocidental deve ter prioridade

Proposta de emenda à Constituição do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental está entre as sete proposições consideradas prioritárias para aprovação em relatório da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas. O documento foi aprovado em reunião realizada ontem.

O fundo previsto na proposta (PEC 19/00) destina-se a promover o desenvolvimento econômico da Amazônia Ocidental de forma compatível com a proteção do seu meio ambiente, de acordo com o relatório da Sub-Relatoria para Análise de Proposições Legislativas em Tramitação, criada no âmbito da comissão mista. O colegiado examinou 129 proposições em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal para elaborar o documento.

Os recursos arrecadados pelo fundo serão aplicados em obras e programas nos municípios dos estados do Amazonas, do Acre e de Roraima, exceto nas capitais. A proposta, destaca o relatório, é destinada a evitar a instalação de um modelo de desenvolvimento predatório dos recursos naturais na Amazônia Ocidental, região da Amazônia que registra os menores índices de desmatamento.

O relatório também inclui projeto de lei complementar da senadora licenciada Marina Silva que

cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. A proposição tramita na Câmara dos Deputados (PLP 351/02).

O projeto promove uma redistribuição de modo a prever que 84% dos recursos do FPE serão destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste; 14% ao Sul e Sudeste; e 2% para constituir reserva a ser distribuída aos estados onde há unidades de conservação e áreas indígenas demarcadas.

Prioridades

O relatório, lido na reunião da comissão mista pelo sub-relator, deputado Rodrigo Rollemberg, destacou também projetos dos deputados Antônio Carlos Mendes Thame, Eduardo Gomes, Fernando Gabeira e Sarney Filho, além de outro originário da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados. A exemplo da proposta de Jefferson Péres, o projeto de autoria de Mendes Thame também cria um fundo, o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas (FNMC), a ser administrado por um comitê gestor vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia e que se destinará a viabilizar a implantação dos instrumentos da Política Nacional de Mudanças Climáticas.

Comissão parlamentar de inquérito deve ser instalada hoje e terá como foco de investigação os atrasos e as superlotações nos vôos, as causas do acidente com o avião da Gol e denúncias de corrupção na Infraero

Tião Viana será o presidente da CPI do Apagão e Demostenes, o relator

Em reunião realizada ontem, o colégio de líderes do Senado chegou a um acordo preliminar em torno dos nomes para conduzir a Comissão Parlamentar de Inquérito do Apagão Aéreo e das linhas mestras de encaminhamento dos trabalhos.

A CPI será presidida pelo senador Tião Viana (PT-AC) e terá como relator Demostenes Torres (DEM-GO). As investigações deverão se restringir aos três fatos determinados constantes do requerimento de criação: os atrasos e as superlotações de vôos; as causas do acidente com o avião da Gol em setembro de 2006; e as denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

A confirmação desse acordo se dará na reunião de instalação da CPI, convocada para as 10h de hoje pelo senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), o integrante mais idoso da comissão. Os líderes também decidiram fixar o prazo de 20 dias para a instalação da CPI das Organizações



Demostenes resalta necessidade de investigar situação da Infraero



Tião Viana buscará se ater aos fatos determinados no requerimento

Não-Governamentais, de modo a não prejudicar o início dos trabalhos da CPI do Apagão Aéreo.

– Eu espero que, ao contrário de outros, este acordo seja cumprido. O senador Tião Viana aceitou presidir a CPI, desde que ela se atenha aos fatos determinados no requerimento – afirmou a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que criticou a atuação de algumas comissões de inquérito recentes, por irem muito além do objeto de investigação e, em outros casos, por não investigarem aquilo a que se propunham.

Para a senadora, a CPI tem que ser prioritariamente “propositiva”, ao buscar soluções para a crise no

transporte aéreo brasileiro, não atrapalhar as votações de matérias e, com relação à Infraero, investigar “apenas algumas questões”.

– Isso é o que ela pensa. Também não queremos a CPI do fim do mundo, mas temos que investigar todas as denúncias sobre a Infraero – rebateu Demostenes Torres, ao adiantar que a comissão do Senado não deve se sobrepor ao trabalho já iniciado pela CPI instalada na Câmara.

Como os deputados começaram sua apuração pelo acidente com o avião da Gol, os senadores buscarão outro front e depois farão intercâmbio de informações com a Câmara, o Ministério Público, a Polícia Federal e o Tribunal de Contas da União, explicou o parlamentar.

– Devemos nos ater ao roteiro, mas o encaminhamento da CPI dependerá da correlação de forças – analisou Renato Casagrande (ES), líder do PSB e indicado vice-presidente do colegiado.

Já o presidente do Senado, Renan Calheiros, aconselhou os integrantes da comissão de inquérito a “evitem o espetáculo”.

Cristovam: problemas que atingem o povo não geram CPIs

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) declarou ontem que, ao contrário do que ocorre na aviação civil, “os apagões que atingem o povo não geram comissões parlamentares de inquérito”.

– Só importam os apagões que ofendem as classes média e alta – criticou ele, durante discurso em Plenário.

O parlamentar ressaltou ser favorável à CPI do Apagão Aéreo – lembrando, inclusive, que assinou o requerimento de instalação da comissão no Senado. Mas também ponderou que, enquanto há duas CPIs com o mesmo objetivo (uma em cada Casa do Congresso Nacional), não há

nenhuma analisando, por exemplo, a situação da educação ou do transporte público realizado por meio dos ônibus.

Para Cristovam, é necessário observar que “milhões de crianças brasileiras vão à escola, porém, quando lá chegam, não há aula; e que há mães de família que saem do trabalho, mas não chegam a tempo para preparar a comida de seus filhos”. Ele argumentou ainda que “reclamamos quando perdemos uma reunião de negócios



“Só contam apagões que ofendem classes média e alta”, diz Cristovam

por causa do avião”, mas são ignorados os problemas daqueles que, devido à falta de ônibus, não chegam ao trabalho ou se atrasam. Conforme o senador, “pelo menos 20 milhões de brasileiros a cada dia esperam por um ônibus para se locomover, em paradas de ônibus sem cobertura, sem conforto”.

– Nós, do Senado, estamos alheios aos outros apagões que tomam conta da sociedade brasileira – criticou Cristovam Buarque.

Viana defende gestão da ministra Marina Silva

Ao manifestar seu total apoio às medidas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente com relação à reestruturação de suas unidades, Tião Viana (PT-AC) solidarizou-se com a ministra Marina Silva e leu carta assina-

da por ela sobre o assunto. No documento, disponível no site do ministério (<http://www.mma.gov.br/>), Marina afirma que as alterações propostas contribuirão para melhorar o trabalho do ministério.

Por entenderem de forma diferente, os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) entraram em greve. Eles querem que o governo suspenda os efeitos da Medida

Provisória 336/07, que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

– Jamais sairia da ministra Marina Silva qualquer atitude que pudesse subtrair direitos dos servidores – frisou Tião Viana.

Trabalhador pode utilizar fundo para comprar lote ou pagar prestações de casa e financiamento estudantil, conforme projeto acolhido

Empregadores terão limite na experiência a exigir

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais substitutivo a projeto de lei da Câmara que impede os empregadores de exigirem a comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade aos candidatos a emprego. O projeto do deputado Inocêncio Oliveira foi relatado pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO) e ainda será votado pelo Plenário.

Na sua justificativa, o autor da matéria (PLC 41/06) salienta que há vários relatos de pessoas preteridas em disputa por emprego devido à exigência de cinco anos de experiência. Para o relator da proposta, a própria fixação de um limite mínimo de seis meses de experiência, embora possa ser avaliada como insuficiente, é um parâmetro que aponta para maior inclusão da mão-de-obra jovem no mercado.

Debates sobre profissões e obesidade

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem dois requerimentos para a realização de audiências públicas. Uma delas, proposta por Patrícia Saboya (PSB-CE), dará continuidade à discussão sobre a regulamentação das profissões e a criação dos conselhos profissionais. Serão convidados, entre outros, representantes da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas, do Fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas e do Conselho Federal de Economia.

A outra reunião, solicitada por Kátia Abreu (DEM-TO) e a ser realizada na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da CAS, vai promover debate sobre as causas e consequências do avanço da obesidade no Brasil, em especial entre as crianças.

Comissão aprova substitutivo que amplia hipóteses para uso do FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei da Câmara que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para aquisição de lote urbanizado, quitação de prestações atrasadas de financiamento habitacional e amortização de parcelas de financiamento estudantil. A matéria ainda será submetida à votação do Plenário.

O projeto (PLC 18/02) é de autoria do deputado Geraldo Magela (PT-DF) e tramita em conjunto com outras 14 propostas que tratam de assunto similar, todas de senadores. O relator da matéria é o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que deu parecer favorável ao PLC 18/02 na forma de substitutivo, rejeitando as demais propostas. O texto altera o artigo 20 da Lei 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia.

Pelo substitutivo, a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada para o pagamento de parte das prestações, vencidas ou



Senadores acolhem substitutivo a 14 projetos do Senado e um da Câmara dos Deputados

vencidas, decorrentes de empréstimo para moradia concedido no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), desde que, no caso do pagamento de prestações vencidas, a movimentação da conta vinculada só ocorra uma única vez.

A proposta também permite a movimentação da conta vinculada do FGTS para o pagamento de parte do preço de aquisição de lote popular, de uso residencial, com área de até 250 metros quadrados, localizado em parcelamento urbano aprovado pelo poder público local, contanto que o titular da conta tenha no mínimo três anos de trabalho sob o regime do

Fundo de Garantia na mesma empresa ou em empresas diferentes. Outras exigências para esse item é que o valor a ser utilizado na aquisição atinja, no máximo, 80% do preço do lote e que o adquirente não possua outro imóvel.

O terceiro benefício possível é a amortização de parcelas vencidas e vincendas de empréstimo concedido ao trabalhador ou aos seus filhos dependentes, de até 24 anos, pelo Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies), limitada a 70% do valor de cada parcela e ao saque total de no máximo 30% do saldo da conta.

O substitutivo estabelece ainda que o Conselho Curador do FGTS deverá disciplinar tais regras visando beneficiar os trabalhadores de baixa renda e preservar o equilíbrio financeiro do fundo. A matéria determina ainda que o direito de adquirir moradia ou lote com recursos do FGTS, pelo trabalhador, só poderá ser exercido para uma única moradia ou um único lote.

Carlos Lupi quer concurso público para novos órgãos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, que veio pedir à Casa autorização para realizar concurso destinado ao preenchimento de vagas em delegacias regionais do Trabalho e nas duas secretarias criadas recentemente – a Secretaria de Políticas Públicas e Emprego e a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Lupi disse que há uma necessidade de cerca de 2 mil funcionários.

Ao final do encontro, Carlos Lupi falou da manifestação que trabalhadores de casas de bingo estão fazendo em Brasília a fim de pressionar o Legislativo pela legalização dessa atividade. O ministro frisou que a questão exige muito equilíbrio e cuidado em sua solução, para que essa massa de trabalhadores não seja prejudicada e que também os bingos não se tornem lavanderias de dinheiro oriundo do crime.

Ministro pretende aumentar vagas para mão-de-obra qualificada

Ao falar sobre sua gestão à frente do Ministério do Trabalho e Emprego, o ministro Carlos Lupi disse que a prioridade será impulsionar as vagas para a mão-de-obra qualificada, buscando ampliar a oferta

de postos de trabalho bem remunerados, especialmente para os jovens. A afirmação foi feita ontem durante audiência na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Lupi lamentou o fato de que, no ano passado, somente R\$ 82 milhões do total de R\$ 20 bilhões arrecadado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) tenham sido usados para investimento em treinamento e qualificação profissional. Ele explicou que 40% desse montante vai para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e So-



Lupi (ao lado de Patrícia e Rosalba) frisa que sobram poucos recursos do FAT para treinar trabalhadores

cial (BNDES) e 20% têm sua destinação desviada pela Desvinculação dos Recursos da União (DRU).

Há ainda pagamentos do seguro desemprego e pensões, valores que são altos, conforme o ministro, sobrando muito pouco para o treinamento de trabalhadores. Segundo Lupi, a melhor solução para contornar essa escassez de dinheiro será celebrar convênios com universidades, governos municipais e estaduais e com empresas, para capacitação e qualificação profissional, especialmente dos jovens.

– Com esse sistema, a mão-de-obra formada já tem emprego certo nas empresas de determinada região, possibilitando a criação de trabalho qualificado – observou.



Para Gilvam, exame feito pela OAB “não prova nada”

Gilvam insiste na extinção do exame de ordem

Classificando o exame da Ordem dos Advogados do Brasil para bacharéis em Direito como “injustiça”, “cerceamento de direitos” e “excessividade”, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) voltou a defender ontem o fim dessa avaliação. Ele lembrou que já apresentou projeto de lei que extingue o exame para habilitação à advocacia.

– Estou convencido de que o exame de ordem é uma excessividade que precisa ser abolida do ordenamento jurídico deste país – afirmou.

Gilvam criticou a obrigatoriedade do exame para um recém-formado que já frequentou os bancos escolares por 20 anos e perguntou por que os médicos e outros profissionais não precisam fazer prova semelhante.

Qualidade duvidosa

– Salvar vidas, por acaso, é menos importante do que promover a Justiça? Responderão alguns mais afoitos: isso é porque o ensino brasileiro tem qualidade duvidosa. Aceito a premissa, mas não posso concordar com a solução. Submeter-se a uma prova depois de estar formado não promove a melhoria no sistema de ensino. Nem prova se o bacharel está apto ao exercício da profissão. Ou seja, a prova não prova nada – afirmou.

Gilvam Borges acrescentou que os cursos preparatórios apenas para a primeira fase do exame cobram R\$ 2.900 à vista e a grande maioria tem como professores muitos conselheiros da própria OAB. Além disso, acentuou, o bacharel ainda precisará arcar com o custo de R\$ 120, referente à taxa cobrada pela entidade.